

Ordem Social pede estabilidade e jornada de 40 horas

BRASÍLIA— A Comissão de Ordem Social da Constituinte aprovou a estabilidade no emprego e a redução da jornada de trabalho para um máximo de 40 horas semanais. Uma sólida maioria de pelo menos 33 dos 65 votos garantiu à esquerda a manutenção, nesses dois temas, do texto original do relator da comissão, senador Almir Gabriel (PMDB-PA). PT, PCB, PC do B, PTB, PDT, uma parte do PMDB e um voto do PDS garantiram o resultado.

Não houve votação de destaques. A estabilidade e a jornada de 40 horas foram consideradas aprovadas pelo presidente da comissão, deputado Edme Tavares (PFL-PB).

Sabendo que seria derrotado se houvesse votação, o grupo moderado, formado por uma parte do PMDB, pelo PFL e PDS,

retirou todos os destaques contra aquelas duas propostas. Os destaques, se votados e aprovados, permitiriam mudar o texto do relator.

A estabilidade no emprego foi aprovada às 23h30min de sábado. A jornada de 40 horas, no meio-dia de ontem. Quando o deputado Edme Tavares proclamou sua decisão, as galerias e uma parte do plenário explodiram em aplausos. Cerca de 80 dirigentes sindicais e representantes de entidades trabalhistas ocupavam as galerias. O deputado e empresário Max Rosenmann (PMDB-PR), derrotado naqueles dois itens, lamentava: "Não temos nem claques aqui".

Estabilidade — A estabilidade aprovada não é plena mas foi considerada um avanço pelo deputado Paulo Paim (PT-RS), secretário-geral da CUT e presidente do Sindicato dos

Metalúrgicos de Canoas (RS). O texto aprovado, do substitutivo de relator, admite que a empresa possa dispensar trabalhadores se estiver em situação econômica difícil mas subordina esta decisão a comprovação judicial.

O resultado prático disso será o fim da rotatividade de mão-de-obra e a prática de dispensar trabalhadores para contratar outros por salários menores, segundo o advogado sindical Ulisses Riedel, que acompanhou os trabalhos da comissão. Riedel é diretor-técnico do Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar), o mais ativo lobby sindical na Constituinte.

O texto sobre estabilidade, no capítulo que trata dos direitos dos trabalhadores, é o que dá "Garantia do direito ao trabalho mediante relação de emprego estável, ressalvados: A — Ocorrên-

cia de falta grave comprovada judicialmente; B — Contrato a termo, não superior a dois anos, nos casos de transitoriedade dos serviços ou de atividades da empresa; C — Prazos definidos em contratos de experiência, não superior a 90 dias, atendidas as peculiaridades do trabalho a ser executado; D — Superveniência de fato econômico intransponível, técnico ou de infortúnio da empresa, sujeito a comprovação judicial, sob pena de reintegração ou indenização, a critério do empregado."

O texto aprovado da jornada de trabalho de 40 horas diz o seguinte: "Duração de trabalho não superior a 40 horas semanais, não excedendo de oito horas diárias, com intervalo para repouso e alimentação." Também neste item, os moderados retiraram seus destaques contra as 40 horas, para evitar que fossem postos em votação e derrotados.

Igreja faz "Domingo da Constituição"

PORTO ALEGRE — Ontem foi o "Domingo da Constituição" para a Igreja Católica gaúcha, quando se encerrou, nas centenas de igrejas, capelas e salões paroquiais, a coleta de assinaturas para as sete emendas que a CNBB encaminhará à Constituinte. Até o dia 7 de julho, a CNBB deve divulgar o levantamento do número de assinaturas colhidas para cada emenda.

Nas duas últimas semanas, as 20 paróquias de Porto Alegre mais as centenas de paróquias das 12 dioceses de todo o estado apresentaram aos eleitores gaúchos as quatro propostas elaboradas na 25ª assembléia-geral da CNBB, em Itaici, em São Paulo, além de três outras, redigidas por entidades apoiadas pela Igreja.

As emendas referem-se ao direito à vida, condenando a prática do aborto, da eutanásia e da tortura, a livre criação de escolas em vistas de uma educação mais abrangente, a livre divulgação de idéias políticas, religiosas e filosóficas, a ordem econômica, a reforma agrária, a possibilidade de o povo apresentar projetos de lei, e aos direitos das populações indígenas.

Dom Ivo — Durante o período da coleta de assinaturas, os eleitores compareceram à igreja com seus títulos, e cada um assinou três das propostas apresentadas. O bispo de Santa Maria, na região central do estado, Dom Ivo Lorscheiter, salientou a importância das emendas, observando que a CNBB elaborou somente as quatro primeiras. Ele próprio assinou a que diz respeito ao direito à vida, a proposta de livre criação de escolas e a que fala sobre a ordem econômica.

Hoje e amanhã os bispos gaúchos estarão reunidos em Erechim, a 360km de Porto Alegre, para discutir a conjuntura sócio-econômica e política do estado, além da crise nas escolas e nos hospitais católicos gaúchos. Segundo Dom Ivo, os bispos deverão posicionar-se também em relação às emendas encaminhadas à Constituinte.

Gaúcho quer facilitar transplantes

PORTO ALEGRE — Três gaúchos que fizeram transplante de coração — Seznando Dias Montezana, José Antônio Pires e Darcy da Silva Sant'Anna — enviaram correspondência aos deputados federais do Rio Grande do Sul e ao presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, pedindo que mais pessoas tenham acesso a esse tipo de cirurgia, que os mantém vivos até hoje.

"Sr. deputado: É nosso dever, como pessoas beneficiadas por doação de coração, interceder para que esse benefício seja acessível a toda a sociedade e beneficie o maior número possível de brasileiros", diz o texto do telex enviado a Brasília.

Eles pedem aos constituintes que interfiram na atual legislação, tornando propriedade do Estado o corpo de pessoas falecidas, para fins de transplante de órgãos. Segundo os três transplantados, as pessoas que não concordarem com essa disposição teriam que fazer a ressalva, registrada nos documentos de identificação.